



17  
183

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0186235-3/02

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Emmanuel Becker Torres

Agravada: Sabrina Araújo Feitoza Fernandes Rocha

Advogado: Dr. Joseh Antônio de Oliveira Távora

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

R 5524

EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. RESERVA DE VAGA. POSSIBILIDADE. DEFICIENTE FÍSICO CONFORME OS TERMOS DA DEC. Nº 3298/1999. AUSÊNCIA DE RISCO DE DANO E FUMAÇA DO BOM DIREITO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - no que se refere a fumaça do bom direito, ressalto que o decreto nº 3298/1999 estabelece em seu art. 4º que é considerada pessoa portadora de deficiência a que se encontra na categoria de deficiência física: paraparesia.

2 - no que se refere ao risco de dano irreparável ou de difícil reparação, cuido em anotar que esse requisito também segue em favor da recorrida. Isso porque, ao que parece, a agravada preenche os requisitos determinados em lei que a coloca na situação de deficiente, o que - por si só - já autoriza a sua permanência no concurso público na condição ora pleiteada.

3 - Agravo Regimental improvido.

4 - Decisão Unânime.

18  
184

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo Regimental nº 0186235-3/02, em que figuram como agravante o Estado de Pernambuco e como agravada a Sra. Sabrina Araújo Feitoza Fernandes Rocha.

Acordam os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010 presidida pelo Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, acompanhado pelo vogal Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Melo, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para negarem provimento ao mesmo, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 28/01/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães - relator



185 JB

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0186235-3/02

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Emmanuel Becker Torres

Agravada: Sabrina Araújo Feitoza Fernandes Rocha

Advogado: Dr. Joseh Antônio de Oliveira Távora

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Trata-se de Agravo Regimental interposto contra decisão interlocutória que, nos autos do Agravo de Instrumento em apenso, deferiu em parte o pedido de efeito ativo postulado, no sentido de determinar, tão-somente, a reserva de uma vaga de deficiente físico à então agravante, ora agravada, observados os termos da presente decisão até ulterior julgamento meritório da ação intentada, mantidos os demais termos da decisão então recorrida.

Alega o agravante, resumidamente, em suas razões de fls. 02/08 que ausente o vício de legalidade no ato de exclusão da candidata, vez que sua enfermidade assintomática não a enquadra na categoria de portadora de deficiência física (Lei nº 7853/89 e Dec. nº 3298/99). Acrescenta que a agravada, aprovada no certame público para provimento no cargo de oficial de justiça, na condição de portador de deficiência, submeteu-se, nos termos do edital, a perícia médica promovida pelo Núcleo de Supervisão de Perícias Médicas e Segurança do Trabalho - NSPS, onde foi concluído que não era detentora de deficiência, na forma da lei.

É o relatório.

Recife, 28/07/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Relator



20  
186

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO REGIMENTAL Nº 0186235-3/02**

**Agravante: Estado de Pernambuco**

**Procurador: Dr. Emmanuel Becker Torres**

**Agravada: Sabrina Araújo Feitoza Fernandes Rocha**

**Advogado: Dr. Joseh Antônio de Oliveira Távora**

**Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães**

**VOTO**

O inconformismo do agravante reside contra decisão interlocutória que, nos autos do Agravo de Instrumento em apenso, deferiu em parte o pedido de efeito ativo postulado, no sentido de determinar, tão-somente, a reserva de uma vaga de deficiente físico à então recorrente, ora agravada, observados os termos da presente decisão até ulterior julgamento meritório da ação intentada, mantidos os demais termos da decisão então recorrida.

Tratando-se de agravo regimental que tem por objetivo a reforma de decisão interlocutória proferida em sede de agravo de instrumento, tenho que a presente via subsume-se à análise reiterada da presença ou não dos dois requisitos necessários à concessão da medida, quais sejam, a fumaça do bom direito e o perigo da demora.

Da leitura dos autos, convém evidenciar que a decisão objeto da interposição do instrumental é proveniente de Ação Ordinária que teve por objetivo, em suma, a nomeação ou, ao menos, a reserva de vaga de deficiente à agravada no concurso público para o provimento do cargo de oficial de justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Compulsando os autos nos limites em que me é permitido pelo juízo de cognição sumária da via instrumentalizada, no que se refere a fumaça do bom direito, ressalto que o decreto nº 3298/1999 estabelece em seu art. 4º que é considerada pessoa portadora de deficiência a que se encontra na categoria de deficiência física:

2

paraparesia. No caso *sub examine*, observo que à fl. 48 consta laudo de avaliação de deficiência física e/ou visual emitido pela gerência de psicomédica do Detran em que consta que a agravada é portadora de paraparesia, o que lhe causa a diminuição da força, reflexos e movimentos dos MMII. Além disso, percebe-se à fl. 69 que foi concedida a recorrida, autorização para aquisição - com isenção de IPI - de veículo, por ser portadora de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autista. Logo, vê-se configurado nos presentes autos a necessária fumaça do bom direito, requisito essencial à concessão da medida postulada.

No que se refere ao risco de dano irreparável ou de difícil reparação, cuido em anotar que esse requisito também segue em favor da recorrida. Isso porque, ao que parece, a agravada preenche os requisitos determinados em lei que a coloca na situação de deficiente, o que - por si só - já autoriza a sua permanência no concurso público na condição ora pleiteada. Além disso, é sabido por todos a dificuldade de se obter êxito em concursos públicos. Muitos depositam todas as suas esperanças, todos os seus sonhos na busca incansável pelo conhecimento e aprovação em certame. E, quando aprovados, são obstados pela conduta contraditória e burocrática do Estado impedindo que o candidato seja nomeado e empossado. Reconheço que a nomeação, certamente, possui natureza satisfativa. Mas, a recorrida formulou pedido alternativo, vislumbrando a possibilidade de reserva de vagas, o que não vejo impecilhos.

Assim, em face do exposto, voto no sentido de negar provimento ao presente agravo regimental, para manter incólume a decisão interlocutória então proferida.

É como voto.

Recife, 28/01/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Relator

